

Fundamentalistas americanos



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Fiz meu mestrado na School of Advanced International Studies (Sais), em Washington, Estados Unidos, nos anos de 1980. Período muito fértil na vida acadêmica. Estudei muito, conversei bastante, frequentei palestras e cheguei a falar para alunos e professores sobre Brasil e suas circunstâncias, porque o país atravessava a imensa dificuldade ocasionada pela doença e morte de Tancredo Neves, depois de ele ter sido eleito presidente da República. Fiz palestra no Clais — Centro de Estudos Latino-americanos e Ibéricos —, em Harvard, sobre o cenário político brasileiro da época.

Recordo esse período da minha vida porque estive mais perto da sociedade norte-americana. Até hoje, mantenho amigos lá. Alguns se aposentaram, outros seguiram carreira no serviço público ou na esfera privada. Mas havia grande preocupação entre os professores e alunos de manter vivas as ideias básicas do chamado american way of life. A democracia e o livre comércio eram símbolos do que se pretendia para um país livre. Nada parecido com o que se vê hoje em Washington. Essa extrema-direita que assumiu o poder, raivosa, sem limites, é uma novidade. A confusão entre política e religião fundamentalista modifica na essência a maneira norte-americana de ser. Os conceitos de democracia foram relegados a planos

inferiores. Trata-se agora da imposição da força e da negação da diplomacia. Trump fez a guerra contra o Irã sem motivos, nem objetivos definidos. Agiu para se adiantar a Israel, país que se autoconcedeu o direito de matar seus vizinhos.

Israel é assunto europeu que se transferiu para o Oriente Médio. Os judeus foram muito perseguidos por Hitler na Alemanha e em todo leste europeu. A Haganah, antecessora do Mossad, organizou levas de judeus que fugiram da Europa para a Palestina, administrada pelos ingleses. Estes foram os primeiros terroristas da época em que todas as religiões conviviam em paz naquela região. Eles sabotaram os esforços pelo entendimento pacífico até que os britânicos se retirassem do comando. Assim surgiu Israel, que, na origem, era um país socialista, baseado nas fazendas coletivas, os kibutzim. Nada parecido com o atual do estado judeu que ataca e mata seus vizinhos segundo os próprios critérios. Além disso, tomou posse da área definida pela Nações Unidas para a criação do Estado palestino.

A guerra é a negação da política. Bombas não substituem diplomatas. O comportamento do presidente dos Estados Unidos é o de um dirigente ensandecido. Ele não considera dificuldades, nem vantagens comparativas. Envia as tropas sem saber motivo ou razão. Bombardeou o Irã e não tomou as cautelas elementares. Ficou surpreso com a capacidade de resistência do país, que respondeu atacando as bases norte-americanas na região e fechando o trânsito de navios no Estreito de Hormuz. Os americanos não conseguiram defender seus aliados. E penalizaram o mundo inteiro com o aumento do custo do petróleo, que pesou, inclusive, no bolso do consumidor norte-americano. Tudo errado. Restaram os discursos furiosos, irados,

recheados de palavões, que recordam o denso palavreado da era nazista na Alemanha. É uma tragédia norte-americana.

A Pérsia foi um dos maiores e mais importantes impérios da Antiguidade, localizada na região do atual Irã e áreas vizinhas. Existiu em diferentes fases, a mais famosa é do Império Aquemênida, que surgiu por volta de 550 a.C. O império começou com Ciro, o Grande, que unificou os povos persas e conquistou territórios vizinhos, como a Lídia e a Babilônia. No seu auge, foi gigantesco, abrangendo o Egito, no norte da África, até partes da Índia, o Oriente Médio, a Mesopotâmia e territórios na Ásia Central.

Henry Kissinger lembra, em seus escritos, que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os melhores líderes políticos do Ocidente se organizaram para construir um mundo mais seguro. A Alemanha se reunificou, a Europa procurou o caminho da União e criou a moeda única, o euro. O apartheid foi extinto na África do Sul, os países do leste europeu encontraram o caminho da liberdade, as colônias mantidas pelos europeus na África e na Ásia encontraram sua independência. Só o conflito na Palestina remanesce até hoje sem solução. Árabes e judeus brigam, e o mundo é refém do conflito.

O Império Persa era tolerante com culturas e religiões dos povos conquistados. Detalhe interessante é que bombardeio de Israel destruiu uma sinagoga em Teerã. Há judeus na antiga Pérsia. As coisas são mais complexas do que supõem os adolescentes de várias idades que tomaram o poder em Washington. Há boas livrarias na capital dos Estados Unidos. Eles podem se dar ao trabalho de estudar um pouco a história e a política internacionais. Previne o governo de futuros vexames semelhantes ao atual.



A representatividade negra na literatura infantil já não basta



» DLAMAN KOBINA
Escritor, professor na rede pública do DF e estudioso de história e cultura africana e de educação afrocêntrica

Quantos livros infantis com personagens negros você leu durante a sua vida? A resposta depende do tempo em que cada pessoa cresceu, dos espaços que frequentou, dos livros a que teve acesso e do tipo de mediação que recebeu. Para muita gente negra no Brasil, a resposta continua sendo: poucos. Por isso, o aumento da presença de personagens negros na literatura infantil foi recebido como conquista. Isso é resultado da luta do Movimento Negro e da insistência de quem se recusou a aceitar que crianças negras continuassem invisíveis.

É preciso dizer com nitidez que isso já não basta. Muitas pessoas parecem satisfeitas com a simples presença de corpos negros nas capas e nas ilustrações: a aclamada “representatividade”. Como se o problema central estivesse resolvido porque agora existem mais listas temáticas e mais indicações de “livros com personagens negros”. Só que nem todo livro com personagem negro fortalece crianças negras. Em muitos casos, o que houve foi apenas a atualização do mesmo racismo de antes: sai o apagamento explícito, entra uma inclusão superficial, às vezes acompanhada de estereótipos renovados e de oportunismo mercadológico branco.

Quando dizemos que a representatividade, como operada na literatura infantil, já não

basta, estamos dizendo que pode ter sido uma etapa, mas não é um horizonte suficiente. Aparecer não é o mesmo que ter centralidade. Ser “colocado” não é ser valorizado. Ter pele negra numa ilustração não significa ter uma literatura comprometida com a expansão da infância negra como continuidade histórica, cultural, ancestral e humana.

Pessoas negras se preocuparam com o fazer narrativo voltado às crianças de suas comunidades há muito tempo, desde África. Isso aparece na oralidade, em tradições letradas e em tecnologias negras de permanência da memória. A ideia de que nossa relação com literatura e leitura começou apenas quando fomos admitidos nas margens do cânone ocidental é falsa.

Mas o debate educacional e o mercado literário muitas vezes reduzem a literatura voltada às infâncias negras a denúncia do racismo e à correção moral de leitores brancos. Quando editoras, curadores/es, bibliotecários/as, famílias e professoras/es só reconhecem valor em livros que falam de dor, preconceito ou “antirracismo”, continuam aprisionando a experiência negra. A criança negra aparece comprimida: como vítima, como problema social ou como instrumento pedagógico para ensinar o outro.

Em casos mais graves, ainda encontramos representação estereotipada, cabelo crespo como defeito, branco como salvador, exotização de África e até mentiras históricas. A presença de personagens negros, em alguns casos, aprofunda o dano simbólico. Mas muitos livros assim ainda constam da lista de mais vendidos. E não estamos falando apenas de livros antigos. Fruto de denúncia deste autor, um livro infantil publicado em 2025 romantizando o tráfico

negreiro foi retirado de circulação após pressão nas redes sociais.

Não basta ter personagem negro; é preciso ter critério. Precisamos observar, no mínimo, seis dimensões ao analisar literatura com foco em agência negra: literatura como episteme, localização narrativa, política da imagem, estética literária, cosmopercepção fundante e potência pedagógica. Essas dimensões ajudam a perceber que lugar a narrativa atribui à criança negra e quais repertórios ela legitima como conhecimento, beleza e futuro.

Na prática, isso significa perguntar se o livro sustenta ancestralidade, continuidade histórica e comunidade; se dá interioridade real à criança negra; se as imagens não embranquecem nem caricaturam; e se há projeto estético e literário, e não apenas tema.

Isso muda o debate. Porque deixamos de perguntar apenas se o livro “fala de racismo”, o que tem se tornado comum com a esvaziada onda de “educação antirracista” contemporânea, e passamos a perguntar que tipo de mundo ele constrói para a criança negra. Nesse ponto, o trabalho de escritoras e escritores negros e de editoras independentes comprometidas com a literatura negra precisa ser levado muito mais a sério.

A representatividade pode até ter sido necessária. Mas, sozinha, ela já não basta. O que está em jogo agora é a passagem da visibilidade para a profundidade. Porque não é suficiente que a criança negra se veja. É preciso que ela se localize, se reconheça como continuidade histórica, encontre beleza, inteligência, memória, imaginação e agência. É nesse ponto que começa a responsabilidade crítica com a expansão literária voltada às infâncias negras.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Petrobras e o debate sobre o papel do Estado na energia

Discussão sobre o papel da Petrobras volta e meia retorna ao centro do debate público brasileiro, sempre cercada por paixões, memórias históricas e disputas ideológicas. Criada em 1953, no contexto do nacionalismo econômico de Getúlio Vargas, a empresa nasceu sob o lema da soberania energética. Décadas depois, a pergunta que se impõe é outra: qual é, hoje, a função efetiva da Petrobras para o país e a que custo ela opera?

Ao longo de sua trajetória, a Petrobras consolidou-se como uma das maiores empresas de energia do mundo, com atuação relevante na exploração em águas profundas e no desenvolvimento tecnológico do pré-sal. Dados amplamente divulgados mostram que a companhia responde por parcela significativa da produção nacional de petróleo e gás, além de contribuir de forma relevante para a arrecadação de tributos e dividendo pagos ao Tesouro.

No entanto, esse histórico de conquistas convive com episódios que abalaram profundamente sua credibilidade. O escândalo conhecido como “petrolão”, investigado no âmbito da Operação Lava-Jato, revelou um esquema bilionário de corrupção envolvendo contratos da estatal, empreiteiras e agentes políticos. Estimativas divulgadas à época apontaram desvios que chegaram a dezenas de bilhões de reais, afetando diretamente a saúde financeira da empresa e a confiança dos investidores.

Esse episódio tornou-se um marco no debate sobre governança em empresas estatais. A utilização de estruturas públicas para fins políticos ou partidários não apenas compromete a eficiência econômica, mas também impõe custos à sociedade. Em última instância, prejuízos decorrentes de má gestão ou corrupção tendem a ser absorvidos direta ou indiretamente pelos cidadãos. Outro ponto frequentemente levantado diz respeito aos preços dos combustíveis.

Embora a formação de preços envolva fatores internacionais como cotação do petróleo e variação cambial, consumidores brasileiros frequentemente percebem o impacto direto no bolso, com gasolina e diesel figurando entre os itens de maior peso no orçamento das famílias e na estrutura de custos das empresas. É importante reconhecer que o Brasil opera em um mercado global de energia. Mesmo com produção relevante, o país ainda depende de importações de derivados, especialmente diesel, o que limita a autonomia plena na definição de preços. Ainda assim, decisões de política de preços adotadas ao longo do tempo, ora mais alinhadas ao mercado internacional, ora mais intervencionistas, contribuíram para um ambiente de incerteza.

A crítica de que a Petrobras atende mais a interesses políticos do que à população é recorrente em determinados segmentos do debate público. Por outro lado, defensores da estatal argumentam que sua existência permite ao país manter controle estratégico sobre recursos energéticos, além de garantir investimentos de longo prazo em exploração e tecnologia que poderiam não ocorrer sob lógica puramente privada. Experiências internacionais mostram que não há modelo único. Países adotam diferentes arranjos, desde empresas estatais fortes até mercados completamente privatizados. O desempenho de cada modelo depende, em grande medida, da qualidade da governança, da regulação e do ambiente institucional.

No caso brasileiro, a discussão sobre privatização da Petrobras envolve múltiplas dimensões. De um lado, há o argumento de que a transferência para o setor privado poderia aumentar eficiência, reduzir interferências políticas e estimular concorrência. De outro, há preocupações relacionadas à perda de controle sobre um setor considerado estratégico e aos impactos sociais e econômicos dessa mudança.

Além da questão da propriedade, o debate contemporâneo sobre energia inclui um elemento adicional: a transição para fontes alternativas. Em um cenário global marcado por preocupações ambientais e avanços tecnológicos, investimentos em energias renováveis, como solar, eólica e biocombustíveis, ganham cada vez mais relevância. O Brasil, nesse aspecto, possui vantagens comparativas importantes, especialmente na produção de energia limpa. A diversificação da matriz energética pode reduzir dependência de combustíveis fósseis e mitigar impactos de volatilidade internacional. No entanto, essa transição exige planejamento, investimentos e políticas públicas consistentes.

Editorialmente, o debate sobre a Petrobras não deve ser reduzido a uma dicotomia simplista entre estatal e privado. A questão central envolve governança, transparência e eficiência. Uma empresa pública pode cumprir papel relevante, desde que opere sob regras claras, com mecanismos robustos de controle e proteção contra interferências indevidas. Por outro lado, a mera mudança de controle acionário não garante, por si só, melhoria de desempenho. Sem regulação adequada e ambiente competitivo, problemas podem persistir sob outra forma. A experiência recente demonstra que o custo de falhas institucionais é elevado. Escândalos de corrupção, decisões políticas mal calibradas e falta de previsibilidade geram impactos que se estendem por toda a economia.

A pergunta essencial permanece: como garantir que os recursos energéticos do país sejam utilizados de forma eficiente, transparente e em benefício da sociedade? Se o passado oferece lições, o futuro exige pragmatismo.

» A frase que foi pronunciada

Nunca vi tanto dinheiro na vida

Rodrigo Janot, então procurador-geral da República, em entrevista coletiva sobre a Lava-Jato

» História de Brasília

A fiscalização da Prefeitura foi informada das irregularidades de inúmeros táxis de Brasília e solicitou uma “batida” do Serviço de Trânsito. Os resultados foram os mais desanimadores: mais de sessenta carros de praça estavam com taxímetros viciados e foram recolhidos ao depósito. (Publicada em 17/5/1962)